*Artigo

SONEGÔMETRO

Alguns empresários brasileiros, insatisfeitos com a carga tributária que é imposta à maioria dos contribuintes, resolveram criar observatórios eletrônicos em que denunciam os abusos, criando um painel do "Impostômetro". O sistema simula o volume dos tributos recolhidos no período, aí incluídos os impostos, as taxas e contribuições sociais, que são direcionados ao Estado brasileiro para custear as políticas públicas.

É folclórico, e injusto.

O fato é que os empresários direcionam sua artilharia contra o governo federal, quando na verdade uma parte substancial das taxações é "culpa" de estados e municípios. Para se ter uma idéia, em Mato Grosso o ICMS (Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) cobrado sobre a energia elétrica encarecem as contas de luz em até 40 %.

Isso sem falar no IPVA, que estados e municípios recebem e rateiam entre si, mas que devolvem ao cidadão somente ruas esburacadas e agentes de trânsito mal-humorados, quando na verdade o imposto sobre veículos deveria ser aplicado na melhoria do fluxo e em educação para o trânsito.

Vamos parar por aqui.

O objetivo deste texto é dizer que, para cada real arrecadado, um outro real é sonegado, ou seja, desviado criminosamente de seu objetivo público, lesando milhões de brasileiros.

O nosso "sonegômetro" possui medidas estratosféricas.

Algumas notícias recentes, de sonegação criminosa e crimes contra o sistema tributário (Lei 8137/90) explicam em parte o ódio de setores da imprensa, artistas e bancos, contra o governo.

Segundo o Supremo Tribunal Federal o prejuízo causado pelo chamado Escândalo do Mensalão chegou a 100 milhões de reais, retirados dos cofres públicos. Muitos réus foram condenados a sentenças de prisão de até 40 (quarenta) anos e perderam os bens ilicitamente adquiridos.

A sonegação criminosa recém-descoberta é ainda maior.

Na última semana a Polícia Federal divulgou uma investigação que envolvia bancos, empresas de comunicação e empreiteiras no cometimento de crimes fiscais, e constatou que os delinqüentes geraram um dano de mais de 19 bilhões de reais ao erário. Isso significa que surrupiaram do povo quase 200 mensalões.

Entre os acusados estão o banco Santander (suposto dano de R$ 3,3 bilhões), banco Bradesco e Bradesco Seguros (suposto dano de R$ 2,7 bilhões), montadora Ford (suposto dano de R$ 1,7 bilhão), Grupo Gerdau (suposto dano de R$ 1,2 bilhão), Banco Safra (suposto dano de 767 milhões) e Grupo RBS/Rede Globo (suposto dano de R$ 672 milhões).

No mesmo sentido, a revelação da existência de contas secretas de ricaços brasileiros do banco HSBC distribuídas em paraísos fiscais mundo afora prova que a sonegação é um mal enraizado.

De acordo com a denúncia, cerca de 7 bilhões de reais (70 mensalões) teriam sido depositados por brasileiros no exterior, para "fugir" dos impostos. Entre os acusados estão personalidades da arte como os atores Claudia Raia e Edson Celulari (US$ 135,7 mil), o ator Francisco Cuoco, as atrizes Maitê Proença (US$ 585,2 mil) e Marília Pêra (US$ 834 mil).

A atriz Maitê Proença, beneficiária de pensão vitalícia paga pelos cofres públicos, sempre é vista criticando o programa Bolsa-Família e "combatendo a corrupção".

O que se espera que nasça a consciência de que pior do que a alta carga tributária é o criminoso desvio de tributos, devendo ao lado do "Impostômetro" ser edificado um outro painel, o "Sonegômetro" que mostraria inclusive o número de prisões de ricaços sonegadores.

De que adianta a pessoa criticar o governo, a corrupção e em seguida sonegar tributos, impedindo a existência das políticas públicas de governo, e cometendo exatamente os mesmos atos em que o agente critica se outro o tenha praticado.

Antonio Cavalcante Filho e Vilson Nery são ativistas do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE, em Mato Grosso.

Diário da Serra
O DIA-A-DIA DA NOTÍCIA

Propriedade da Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
ISSN 2238-6467
FUNDADO EM 11 DE NOVEMBRO DE 1996
Edição on-line desde 06 de setembro de 1997

ENDEREÇO
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Jardim do Lago II • Tangará da Serra - MT CEP: 78300-000
Fone: (65) 3326-4724 Fax 3326-6501

CIRCULAÇÃO
Tangará da Serra, Nova Olímpia, Denise, Arenápolis, Nortelândia, Nova Marilândia, Santo Afonso, Barra do Bugres, Campo Novo do Parecis e Sapezal
Tiragem total: 1,5 mil exemplares

ADMINISTRATIVO
DIREÇÃO GERAL
Mano Reiki
mano@diariodaserra.com.br
DIREÇÃO ADMINISTRATIVA
Silvana Tormes
silvana@diariodaserra.com.br
REDAÇÃO
DIREÇÃO DE JORNALISMO
Fabiola Tormes
CONTATO
redacao@diariodaserra.com.br
DEPTO. DE ARTES
Gean Michel Lourenço Costa
Reinaldo Manarin Neto
CONTATO
da@diariodaserra.com.br
adm@diariodaserra.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
PUBLICIDADE E ASSINATURA
Diário da Serra Editora e Publicadora Ltda
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 01
CNPJ 10.285.184/0001-37
PUBLICIDADE LEGAL
E. Tormes & Cia Ltda-ME
Av. Tancredo Neves, 1247-W, Sala 02
CNPJ 14.048.125/0001-07
GRÁFICA
Gráfica e Editora Diário da Serra Ltda - ME
Av. Tancredo Neves, 1247 W
CNPJ 01.828.544/0001-09
CONTATO
da@diariodaserra.com.br
diariodaserra@terra.com.br
65 3326-4724

CENTRAL DO ASSINANTE: 65 3326-6501
www.diariodaserra.com.br

*Curtas

Transporte coletivo

Mesmo garantindo que atenderiam a população de Tangará da Serra com o transporte coletivo até o final deste mês, a empresa Turis tem deixado alguns passageiros na mão, ou melhor, a pé. A informação foi repassada por uma acadêmica que afirmou que o ônibus não tem atendido de forma regular nos últimos dias, ao contrário do que havia garantido a empresa – a manutenção dos serviços até 31 de março.

Boicotes

Segundo o Executivo Municipal, diante do impasse com a empresa, o que tem havido são 'boicotes' em algumas linhas de transporte, como dos acadêmicos da Unemat. Além disso, para tentar garantir esse atendimento, mesmo que de forma precária, o município já contranotificou a empresa para que eles atendam até o dia 30 de abril. Porém, até o momento, a empresa não se pronunciou sobre a situação.

Acessibilidade

Com o objetivo de garantir a acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o Ministério Público firmou 12 Termos de Ajustamento de Conduta com o município de Campo Novo. Escolas, secretarias municipais, postos de saúde, ginásios, entre outros órgãos públicos, terão que ser adequados às normas de acessibilidade. O prazo para adequação é até novembro.

Adequações

Em relação às escolas, por exemplo, estão previstas a adequação de banheiros já existentes em alguns estabelecimentos de ensino e a construção de novos banheiros em outras unidades. Deverão ser construídas, ainda, rampas de acesso a administração e nas portas externas das salas. Doze escolas serão contempladas com as medidas impostas pelo Ministério Público.

Mais

Segundo o promotor de Justiça Luiz Augusto Ferres Schimith, a situação dos ginásios poliesportivos também é preocupante. Para corrigir as irregularidades, o município assumiu o compromisso de construir rampas de acesso e banheiros adaptados nos ginásios M. João Laurindo da Silva, M. Delmir Gonçalves da Rosa, M. Edibaldo Klein e no estádio municipal Ary Tomazelli.

Medidas

Nos postos de saúde, Centro Odontológico e na Unidade Descentralizada de Reabilitação algumas medidas também serão adotadas. Quatro unidades serão contempladas com as adequações. O acordo prevê, inclusive, a locação de um novo espaço para funcionamento do Centro Odontológico, Conselho Tutelar, Procon, secretarias de Educação e Saúde, Ponto de Cultura, Sine e Cras.

Obrigações

"Além das unidades já mencionadas, também foram estabelecidas obrigações relacionadas às secretarias de Assistência Social, Cultura e Infraestrutura. Algumas medidas também deverão ser implementadas nos CRAS. Por fim, ficou acordado que o município somente poderá locar imóveis que atendam as normas de acessibilidade", acrescentou o promotor de Justiça.

Fies

As novas regras do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) entraram em vigor nesta segunda-feira para novos contratos. Agora, para fazer a inscrição, o estudante deverá ter nota mínima de 450 pontos no Exame Nacional do Ensino Médio e não ter tirado nota zero na redação. O prazo de inscrição e também para o pedido de aditamento de contrato de quem já tem o Fies termina no dia 30 de abril.

*Bastidores da Política

Cancelamento

O cancelamento da visita do secretário de Saúde Marco Bertúlio a Tangará da Serra nesta quarta-feira, 1º de abril, deixou os gestores da região frustados, pois eles viam o encontro como 'uma luz no fim do túnel' para o problema da saúde pública vivida por todos. O cancelamento foi informado no final da tarde de ontem (matéria página 3).

Aproveitamento

Já no caso de Tangará, a reunião já não estava sendo vista com tão bons olhos assim. Isso porque o encontro havia sido, inicialmente, marcado para discutir os problemas da saúde local e que, após a interferência de outros políticos, passou a ser regional. O aproveitamento gerou descontentamento para aquele que poderia ser o início de uma solução para Tangará.

Políticas culturais

A revisão do CPF da cultura foi tema de discussão entre o governador Pedro Taques e membros da Secretaria de Cultura. O encontro faz parte do acordo de resultados dos 100 primeiros dias de Governo assinado pelo chefe do Executivo e pelo secretário Leandro Carvalho, para a Gestão 2015-2018 em conformidade com o Plano de Governo.

Consulta pública

Taques irá apreciar o documento apresentando, que após a aprovação será colocado a disposição da consulta pública da sociedade. A primeira cidade a realizar a audiência pública será Nova Xavantina, no dia 13 de abril. Mais quatro municípios passarão pela apreciação popular no prazo de 45 dias: Sorriso, Campo Novo, Rondonópolis e Cuiabá.

Mudanças

Entre as principais mudanças apresentadas estão a inclusão de todos os segmentos culturais no conselho de cultura. Outro ponto relevante é a mudança na aprovação de projetos culturais, que passam a ser feito por pareceristas com notório saber na área e a maior participação dos conselheiros na Política Pública Cultural do Estado.

Fomento a Cultura

O Fundo de Fomento a Cultura passará por uma reorganização em sua forma de financiamento, que deixa de ser via incentivo fiscal e passa a ser vinculado a receita tributária líquida do estado. Seguindo a diretriz do Plano de Governo pela descentralização e a democratização do acesso a cultura, serão discutidos projetos em cada região específica.

CPI da Renúncia I

Com três sub-relatorias, a CPI da Renúncia e da Sonegação Fiscal foi implantada nesta segunda-feira na Assembleia Legislativa (AL). Presidida pelo deputado Zé Carlos do Pátio (SD), a CPI terá como relator geral o deputado estadual Max Russi (PSB), e ambos os deputados garantem que o trabalho será árduo nos próximos 180 dias.

CPI da Renúncia II

Russi explicou que a comissão, além de investigar, vai também fazer propostas de mudanças e se encontrar problemas, denúncias serão encaminhadas para órgãos competentes. "Vamos fazer uma CPI que investigue e que faça proposições importantes. Onde existir sonegação, nós vamos encaminhar as denúncias".

Deputados gastam R$ 148 mil em um mês

Ilustração: Reinaldo Netto

O deputado federal Ságuas Moraes (PT) foi o parlamentar da bancada mato-grossense que mais gastou a cota para o exercício da atividade no mês de fevereiro. Juntos, os oito deputados da bancada de Mato Grosso gastaram R$ 148.683,06 apenas da Cota Parlamentar. Segundo dados da Câmara Federal, em apenas um mês, as despesas de Ságuas foram de R$ 46.085,25. O valor é acima do limite estipulado para a bancada de Mato Grosso, que é de R$ 39.056,17.

Em fevereiro, o principal gasto de Ságuas foi com a divulgação da atividade parlamentar. Foram R$ 14 mil gastos apenas com informativos em papel reciclado. Logo atrás de Ságuas está o deputado Valtenir Pereira (Pros). O parlamentar gastou, em um mês, R$ 23.612,96.

Em seguida na lista está o deputado da bancada evangélica, Victório Galli (PSC) e em quarto lugar aparece o deputado Nilson Leitão (PSDB), com gastos na ordem de R$ 19.100,52.